



OBRA PÚBLICA

2. SUPER-CAMÕES

Em 1912, publica uma série de três ensaios sobre a Nova Poesia Portuguesa, em que anuncia um futuro super-Camões.

Rodriguez Castañe.
Caricatura de
Fernando Pessoa.
in República.
Lisboa: 21 Set.
1912.



«Fatalmente o Grande Poeta, que este movimento gerará, deslocará para segundo plano a figura de Camões.»

A NOVA POESIA PORTUGUESA SOCIOLOGICAMENTE CONSIDERADA

I

Ao movimento literário representativo e peculiar da nascente geração portuguesa tem sido feito pela opinião pública o favor de o não compreender. E esse movimento que, sobretudo na poesia, com crescente nitidez acusa a sua individualidade representativa, não tem sido compreendido, porque uma parte do público, a que tem mais de trinta anos, está inadaptable, por já velha, a esse movimento, e consta, perante ele, de incompreendedores natos; porque outra parte, ou por circunstâncias de bacharelada espécie educativa, ou por descuidada na manutenção espiritual do sentimento de raça, ou ainda por sentimentos de desviado e estéril entusiasmo, gerados por absorção na intensa e mesquinha vida política nossa, está colocada num estado de pseudo-alma descritível como sendo de incompreendedores de ocasião; e porque a outra, restante, aquela de quem são os novos poetas e literatos e os que os acompanham no obscuro sentimento racial que os guia, não tomou ainda consciência de si como o que realmente é, porquanto o movimento poético actual é ainda embrião quanto a tendências, nebulosa quanto a ideias que de si ou de outras coisas tenha.

Urge que — pondo de parte misticismos de pensamentos e de expressão, úteis apenas para despertar pelo ridículo, que a sua obscuridade para os profanos causa, o interesse alegre do inimigo social — com raciocínios e cingentes análises se penetre na compreensão do actual movimento poético português, se pergunte à alma nacional, nele espelhada, o que pretende e a que tende, e se ponha em termos de compreensibilidade lógica o valor e a significação, perante a sociologia, desse movimento literário e artístico.

II

Em primeiro lugar, é evidente que aquilo a que se chama uma corrente literária deve de algum modo ser representativo do estado social da época e do país em que aparece. Porque uma corrente literária não é senão o tom especial que de comum têm os escritores de determinado período, e que representa, postas de parte as inevitáveis peculiaridades individuais, um conceito geral do mundo e da vida, e um modo de exprimir esse conceito, que, por ser comum a esses escritores, deve forçosamente ter raiz no que de comum eles têm, e isso é a época e o país em que vivem ou em que se integram.

E se a literatura é fatalmente a expressão do estado social de um período político, *a fortiori* o deve ser, adentro da literatura, o género literário que mais de perto cinge e mais transparentemente cobre o sentimento e a ideia expressos — e esse género literário é a poesia.

Não é isto, porém, que de momento importa. Saber pela literatura as ideias de uma época só pode ter interesse para a posteridade, que não tem outro meio de a tornar presente ao seu raciocínio. O que nos ocupa é saber se a literatura nos poderá ser um indicador sociológico, se nos pode ser ponteiro para indicar a que horas da civilização estamos, ou, para falar com clareza, para nos informar do estado de vitalidade e exuberância de vida em que se encontra uma nação ou época, para que, pela literatura simplesmente, possamos prever ou concluir o que espera o país em que essa literatura é actual. E é precisamente isto que *a priori* se não pode imaginar. Reportemo-nos, pois, à evidência analisada dos factos.

Desbravemos, porém, o terreno, aclarando alguns termos essenciais e simplificando, para não sermos longos, as condições da análise projectada.

Por vitalidade de uma nação não se pode entender nem a sua força militar, nem a sua prosperidade comercial, coisas secundárias e por assim dizer físicas nas nações; tem de se entender a sua exuberância de *alma*, isto é, a sua capa-

cidade de criar, não já simples ciência, o que é restrito e mecânico, mas *novos moldes, novas ideias gerais*, para o movimento civilizacional a que pertence. É por isso que ninguém compara a grandeza ruínosa de Roma à super-grandeza da Grécia. A Grécia criou uma civilização, que Roma simplesmente espalhou, distribuiu. Temos ruínas romanas e ideias gregas. Roma é, salvo o que sobre-morre nas fórmulas invitais dos códigos, uma memória de uma glória; a Grécia sobrevive-se nos nossos ideais e nos nossos sentimentos.

Servir-nos-ão de material para a análise duas nações apenas — a Inglaterra e a França; e isto porque, tendo essas uma unidade nacional, uma continuidade de vida e uma influência civilizacional acentuada, o problema se limita simplesmente à análise que desejamos fazer, sem impor, como imporia o estudo de qualquer nação ou mais complexa, ou mais afastada no tempo, uma prévia análise diferencial. A escassez do material, porém, importa apenas quando é superficial a análise; porque, *se pour expliquer un brin de paille il faut démontrer tout le système de l'univers*, ao raciocinador ideal bastaria, visto que o sistema do universo se acha logicamente contido no *brin de paille*, analisá-lo bem, a ele *brin de paille*, para deduzir o sistema do universo.

Tomaremos a Inglaterra e a França para material de análise. E tomaremos períodos nítidos, pois que o espaço não permite a co-análise de períodos literária ou politicamente embrionários.

III

A história literária da Inglaterra mostra três períodos distintos, ainda que subdivisíveis em subperíodos — o isabeliano, que vai de 1580, aproximadamente, até a um ponto pouco mais ou menos coincidente com o fim da República; o tratável de « neo-clássico » que, pouco depois começando, ocupa quase todo o século XVIII, começando porém a morrer desde 1780, aproximadamente; e o moderno, que vem desde então até aos nossos dias. Destes três períodos o primeiro impõe-se como, por muito, o maior, não só por ser mais alto o *tom* poético geral do período, mas também porque as suas culminâncias poéticas — Spencer, Shakespeare e Milton — põem na sombra quantos nomes ilustres os outros dois períodos apresentem. — O segundo período é inferior aos outros dois: o *tom* poético é aquele, intolerável, que a França *do ancien régime* derramou pela Europa de que tinha a hegemonia social. — O terceiro período contém figuras que, sem serem supremas, são como Coleridge, Shelley ou Browning, grandes indiscutivelmente.

Vejam agora a que períodos políticos estas épocas literárias correspondem. A época isabeliana corresponde ao período da vida inglesa cuja realização foi feita pela República e na pessoa, preeminentemente, de Cromwell. Foi um período *criador*; nele deu a Inglaterra ao mundo moderno um dos grandes princípios civilizacionais que lhe são peculiares — o de *governo popular*, princípio que depois a Revolução Francesa, parcamente criadora, simplesmente transformou no de *democracia republicana*. — O segundo período da vida política inglesa, o que vem desde a queda da República, culmina na revolução, de mera substituição dinástica, de 1688, e vem morrer por 1780 nas *almas*, e de *facto* com a reforma eleitoral de 1832, é absolutamente nulo e estéril para a Inglaterra; nele, ela nada criou, nem mesmo a sua própria grandeza, visto que a hegemonia social na Europa era então da França. Neste segundo período a Inglaterra não fez senão ir realizando, apática e frouxamente, o princípio de governo popular que havia criado. — Também no terceiro período a Inglaterra nada criou de civilizacional; criou a sua própria grandeza e nada mais — visto que a hegemonia europeia tem sido mais sua do que de outra nação no século XIX, conforme o vincaram para a história Nelson, em Trafalgar, e Wellington, em Waterloo.

Virando-nos agora para a França, e desprezando, como já dissemos, o embrionário e informe, vemos igualmente três períodos, incoincidentes, porém, no tempo, com os três períodos ingleses. O primeiro período acompanha o *ancien régime*, culmina no tempo de Luís XIV e dura até ao fim do século xviii, emprestando o tom à literatura europeia. O segundo período, o romântico, começa depois da queda do *ancien régime* e vai terminando à medida que o republicanismo se vai realizando nas *almas*, de 1848 a 1870, aproximada mas incorrectamente. De então para cá, em seguida ao período (de 1871 a 1881 pouco mais ou menos) de lenta consolidação republicana, vem o terceiro período, aquele a que caracterizam o realismo, o simbolismo e outros anti-romantismos.

Vejam agora como se nos mostram os correspondentes períodos políticos. O primeiro, *ancien régime*, foi um período em que a França nada criou *para a civilização*, visto que criou apenas a sua própria grandeza e a correspondente hegemonia social europeia, cujo reflexo longínquo e fraquejante é a influência de que ainda goza. O segundo período é aquele que, *precipitando-se* na prematura Revolução Francesa, se vai realizando só depois, *nas almas*, de 1848 a 1870, pouco mais ou menos, e é neste período que a França cria para a civilização a ideia de democracia republicana. Não a cria, é claro, tão criadoramente como a Inglaterra de Cromwell, que a *origina* no mundo moderno; torna-a porém mais

intensa e nítida, desenvolve-a — o que é também, ainda que secundariamente, uma criação. Finalmente, no terceiro período, o de 1870 para cá, a França nada cria para a civilização, nem mesmo a sua própria grandeza cria, visto que decai em valor europeu: vai vivendo, como a Inglaterra no segundo período, e realizando, apática e despiciendamente, o princípio de democracia republicana que em anterior período criara.

Posto isto, analisemos. Em primeiro lugar, é evidente a analogia, quanto a valor civilizacional, e, portanto, a vitalidade nacional, entre o primeiro período francês e o terceiro inglês, entre o segundo período francês e o primeiro inglês, e entre o terceiro período francês e o segundo da Inglaterra. Tão perfeita é a analogia social e civilizacional como a analogia literária. A literatura inglesa atinge o seu auge no primeiro, a francesa no segundo período. São relativamente ricas, a inglesa no terceiro período, a francesa no primeiro. E a inglesa no seu período segundo e a francesa no terceiro seu estão no mesmo nível de abatimento literário perante os outros períodos. — Vemos, pois, que o valor dos criadores literários corresponde ao valor criador das épocas a que correspondem; de modo que a literatura não só traduz as ideias da sua época mas — e é isto que importa que fixemos — o valor da literatura, perante a história literária, corresponde ao valor da época, perante a história da civilização.

Avançando na análise, porém, revela-se-nos que a posição cronológica das literaturas se dá, relativamente aos correspondentes movimentos sociais, de modo diverso nos três períodos. Assim, no primeiro período, o criador, da Inglaterra, o movimento literário que culmina em Shakespeare (entre 1590 e 1610) *precede* o movimento político, que só começa ao decair ele. E, em França, o movimento romântico vai decaindo à medida que se vai realizando nos espíritos o correspondente, e socialmente exuberante, movimento político. — No segundo período inglês e terceiro francês, análogos como já vimos, a corrente literária *vem depois* da corrente política que lhe corresponde; como em França se vê pelo aparecimento dos movimentos simbolista, realista e outros, claramente, nos anos que sucedem àqueles em que se consolidou a república; e em Inglaterra pelo facto de Pope, em quem a corrente literária culmina (Dryden, talvez maior, é um poeta de transição, pertencente em parte ainda ao período anterior), ser da geração seguinte à dos consolidadores da nova fórmula, característica da época, a de monarquia constitucional. — No terceiro período inglês e primeiro francês temos a *coincidência* no tempo entre a corrente e culminâncias literárias e o movimento e culminâncias políticos. É sob Luís XIV que a vida literária é de mais valor, e o movimento reformista inglês (de 1770 a 1832), que envolve

em si as causas da hegemonia inglesa moderna e inclui as guerras em que ela se fixou, coincide com o romantismo britânico.

Examinemos agora quais os característicos interiores destas correntes literárias. As correntes literárias do segundo período inglês e do terceiro francês — aqueles períodos em que essas nações nada criaram, nem para os outros nem para si — oferecem como mais importante facto espiritual a *desnacionalização da literatura*; visto que a literatura inglesa do século XVIII é vazada em moldes franceses e a literatura francesa de 1880 para cá é tudo menos francesa de espírito. Assim, para dar o único exemplo que o espaço pode admitir, o simbolismo, essencialmente confuso, lírico e religioso é absolutamente contrário ao espírito lúcido, retórico e céptico do povo francês. — As correntes literárias do terceiro período inglês e primeiro francês — as dos períodos em que os países criaram a sua própria grandeza e hegemonia social, mas, de civilizacional, nada-mostram *um equilíbrio entre o espírito nacional e a influencia estrangeira*: assim, a influência alemã é patente mas não dominante no romantismo inglês e a influência da antiguidade tão importante como a do espírito nacional na literatura dos séculos XVII e XVIII em França. — Finalmente, nos períodos criadores — o primeiro inglês e segundo francês — temos na literatura *o espírito nacional patente e dominante*, absorvendo e absolutamente eliminando qualquer influência estrangeira que haja. Assim, nada mais francês do que Vítor Hugo com a sua retórica, a sua pseudo-profundeza, a sua lucidez epigramática, em pleno seio do lirismo, onde não está bem. E Spenser, Shakespeare e Milton — mas Spenser e Shakespeare mais do que Milton — são ingleses, inconfundivelmente.

IV

Ainda que rápida, já há nesta análise elementos para a apreciação ponderada da moderna poesia portuguesa.

O primeiro facto que se nota é que a actual corrente literária portuguesa é *absolutamente nacional*, e não só nacional com a inevitabilidade bruta de um canto popular, mas nacional com *ideias* especiais, *sentimentos* especiais, *modos de expressão* especiais e distintos de um movimento literário completamente português: e, de resto, se fosse menos, não seria um *movimento literário*, mas uma espécie de traje psíquico nacional, relegável da categoria de movimento de arte para a, para este caso sociológico nula, de um mero *costume* característico.

O segundo facto a notar é que o movimento poético português contém individualidades de vincado valor: não são Miltons nem Shakespeares, mas são

gente que se extrema, além de pelo *tom*, que é da corrente, pelo valor mesmo, dentre os contemporâneos europeus, com excepção de um ou dois italianos, e esses não integrados em movimento ou corrente alguma que, distintiva ou nacional, tenha sombra de direito a ser comparada com a hodierna corrente poética lusitana.

O terceiro e último facto que se impõe é que este movimento poético dá-se coincidentemente com um período de pobre e deprimida vida social, de mesquinha política, de dificuldades e obstáculos de toda a espécie à mais quotidiana paz individual e social, e à mais rudimentar confiança ou segurança num, ou de um, futuro.

Vistos estes elementos sociológicos do problema, salta aos olhos a inevitável conclusão. É ela a mais extraordinária, a mais consoladora, a mais estonteante que se pode ousar esperar. É ela de ordem a coincidir absolutamente com aquelas intuições proféticas do poeta Teixeira de Pascoaes sobre a *futura civilização lusitana*, sobre o *futuro glorioso* que espera a Pátria Portuguesa. Tudo isso, que a fé e a intuição dos místicos deu a Teixeira de Pascoaes, vai o nosso raciocínio matematicamente confirmar.

É que os característicos que acabamos de descobrir no nosso actual movimento poético indicam, absolutamente, a sua analogia com as literaturas inglesa do primeiro, e francesa do segundo período, e, portanto, impõem que se conclua daí a fatal analogia com as épocas de que aquelas literaturas são representativas.

A analogia é absoluta. Temos, primeiro, a nota principal da completa *nacionalidade e novidade* do movimento. Temos, depois, o caso de se tratar de uma corrente literária contendo poetas de indiscutível valor. E note-se — para o caso de se argumentar que nenhum Shakespeare nem Vítor Hugo apareceu ainda na corrente literária portuguesa — que esta corrente vai ainda no princípio do seu princípio, gradualmente, porém, tornando-se mais firme, mais nítida, mais complexa. E isto leva a crer que deve estar para muito breve o inevitável aparecimento do poeta ou poetas supremos, desta corrente, e da nossa terra, porque fatalmente o Grande Poeta, que este movimento gerará, deslocará para segundo plano a figura, até agora primacial, de Camões. Quem sabe se não estará para um futuro muito próximo a ruidosa confirmação deste deduzidíssimo asserto?

Pode objectar-se, além de muita coisa desdenhável num artigo que tem de não ser longo, que o actual momento político não parece de ordem a gerar génios poéticos supremos, de reles e mesquinho que é. Mas é *precisamente por isso* que mais concluível se nos afigura o próximo aparecer de um supra-Camões

na nossa terra. É precisamente este detalhe que marca a completa analogia da actual corrente literária portuguesa com aquelas, francesa e inglesa, onde o nosso raciocínio descobriu o acompanhamento literário das grandes épocas criadoras. Porque a corrente literária, como vimos, *precede sempre* a corrente social nas épocas sublimes de uma nação. Que admira que não vejamos sinal de renascença na vida política, se a analogia nos manda que o vejamos apenas uma, duas ou três gerações *depois* do *auge* da corrente literária?

Ousemos concluir isto, onde o raciocínio excede o sonho: que a actual corrente literária portuguesa é completa e absolutamente o princípio de uma grande corrente literária, *das que precedem as grandes épocas criadoras das grandes nações de quem a civilização é filha*.

Que o mal e o pouco do presente nos não deprimam nem iludam: são eles que confirmam o nosso raciocínio. Tenhamos a coragem de ir para aquela louca alegria que vem das bandas para onde o raciocínio nos leva! Prepara-se em Portugal uma renascença extraordinária, um ressurgimento assombroso. O ponto de luz até onde essa renascença nos deve levar, não se pode dizer neste breve estudo; desacompanhada de um raciocínio confirmativo, essa previsão pareceria um lúcido sonho de louco.

Tenhamos fé. Tornemos essa crença, afinal, lógica, num futuro mais glorioso do que a imaginação o ousa conceber, a nossa alma e o nosso corpo, o quotidiano e o eterno de nós. Dia e noite, em pensamento e acção, em sonho e vida, esteja connosco, para que nenhuma das nossas almas falte à sua missão de hoje, de criar o supra-Portugal de amanhã.

1912

Textos de Crítica e de Intervenção . Fernando Pessoa. Lisboa: Ática, 1980: 15.

1ª publ. in "A Águia", 2ª série, nº 4. Porto: Abr. 1912.